

## REGISTROS DA INFÂNCIA NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX: POBREZA, SOCIEDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Rosyane de Moraes Martins Dutra  
Mirian Jorge Warde  
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP/GUARULHOS  
rosyane.martins@gmail.com  
mjwarde@bol.com.br

### Resumo

O estudo em questão analisa registros bibliográficos sobre a infância maranhense, no século XIX, presentes nas obras de Mário Martins Meireles e César Augusto Marques. As leituras realizadas em seus escritos nos conduziram a reflexões como a necessidade de uma assistência a infância pobre, abandonada pelos adultos nas ruas, nas instituições e portas de residências no Maranhão Oitocentista. A cidade de São Luís, da Província do Maranhão, naquele século, vivia intensamente mudanças sociais, significativas para a história do povo, como a Balaiada (1838-1841) e a grande produção e exportação do algodão (1860). Também, o surgimento de importantes representações maranhenses da intelectualidade brasileira, o que lhe rendeu o título de *Atenas Brasileira*. Com o tempo, vieram também as doenças, as batalhas e os conflitos sociais e políticos, situações que possibilitaram a administração pública repensar o espaço urbano e geográfico e se preocupar com a assistência populacional. Pensar, portanto, na família, na mulher, na criança pobre, e relacionar pobreza ao tempo e aos discursos que impregnam ações assistencialistas de amparo, de um problema higiênico é motivar uma busca pelo significado da infância na história. As imagens e registros das crianças nos livros de Meireles (1994) e Marques (1970) possibilitaram compreender como a sociedade maranhense concebia a infância na época, e quais práticas sociais surgiam em torno das crianças abandonadas pelas suas mães, pelas suas famílias. Nesse contexto, os autores revelaram a preocupação do Governo da Província na busca de alternativas para esse problema, e que a organização de instituições de atendimento à população pobre entra no cenário para tentar resolver a problemática da mortalidade infantil e do abandono de crianças, principalmente em São Luís, onde a população se concentrava. Assim, esse trabalho objetiva analisar as relações entre sociedade e infância, construídas e influenciadas pelos principais acontecimentos históricos relatados nas obras “Os Dez Estudos Históricos” de Meireles (1994) e do “Diccionario Historico-Geographico da Província do Maranhão” de Marques (1870). Com essa investigação pretendemos enfatizar a história de uma infância peculiar, que era alvo da ignorância de uma sociedade, onde a criança representava um fardo, um excesso, e que, em sua fragilidade e pequenez, deveria receber cuidados.

**Palavras-chave:** Infância. Instituições. Maranhão.

### Introdução

No Brasil imperial, o projeto de adequação da sociedade ao modelo europeu resultou em problemas sociais vindos da transição de colônia para império como a mortalidade infantil e a criminalidade. Um período de decadências e progressos, no qual o país se organizava administrativamente com a chegada da família real e a mudança da capital do Império para o Rio de Janeiro. Freyre (2003, p. 58) descreveu essa sociedade, e, a partir das condutas familiares, percebeu como um “processo de equilíbrio de

antagonismos”, onde culturas se interseccionaram e contribuíram para o aparecimento de problemas como o aborto e o abandono de crianças.

A preocupação com a criança abandonada passou a ser pauta das legislações governamentais, que sob o discurso da *proteção*, criava medidas preventivas em prol da infância desvalida e “aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença” (RIZZINI, 1993, p. 26). O modelo de assistência caritativo nesse período foi responsável pela organização das primeiras instituições de amparo infantil. Esse modelo surgiu, sob influência das concepções cristãs de atendimento à população pobre, e prestava socorro aos indigentes, desamparados e moribundos. As instituições religiosas, portanto, foram as primeiras a assumirem a assistência às crianças enjeitadas, de famílias legítimas ou as órfãs<sup>1</sup>.

O Governo da Província do Maranhão, desde os anos 1820, preocupava-se com a organização de instituições de amparo às crianças enjeitadas. Em um contexto, no qual movimentos como a Balaiada, a escravidão e a efervescência intelectual (com representações de maranhenses na literatura brasileira) atraíam os olhares para São Luís, surgia a necessidade de conter as crises que alavancaram com a intensa mudança social. (MEIRELES, 1960) As doenças, as batalhas e os conflitos sociais e políticos, foram situações que possibilitaram a administração pública repensar o espaço urbano e geográfico e se preocupar com a assistência populacional.

A pobreza foi motivo para que políticas públicas fossem organizadas para a população, o que revelou o descaso dos governantes com os mais necessitados. Pensar, portanto, na família, na mulher, na criança e relacionar pobreza ao tempo e aos discursos que impregnam ações assistencialistas de amparo, de estanque de um problema higiênico é motivar uma busca pelo real significado da institucionalização na história da assistência à infância.

---

<sup>1</sup> As instituições que recebiam as crianças enjeitadas se diferenciavam, de acordo com o tipo de abandono. Por famílias legítimas, as crianças eram internadas em Casas de Recolhimento e recebiam formação para que futuramente, se casassem ou trabalhassem. As crianças indigentes, eram internadas em asilos, e além dos maus tratos, ficavam à espera de um futuro, prometido pelo Governo (um dote, um ofício, etc.). (MARCILIO, 1998)

Nesse contexto, esse trabalho objetiva apresentar os registros sobre a infância maranhense, do século XIX, presente nas obras de Mário Martins Meireles e César Augusto Marques. Ambos, escritores da história do Maranhão em épocas distintas, discriminam em seus textos as peculiaridades das crianças abandonadas e conseqüentemente institucionalizadas. As reflexões dos autores sobre esse tempo na história possibilitaram a identificação das causas do abandono, das reações sociais perante os problemas que emergiam e a organização governamental na resolução dos mesmos.

### **Institucionalização e pobreza: os “Estudos Históricos” de Mário Meireles e o “Dicionário” de César Marques**

A Província do Maranhão foi representada pelos autores Meireles (1960) e Marques (1970) a partir dos estudos e das vivências que tiveram na conturbada sociedade maranhense. Os registros realizados pelas lentes desses consagrados escritores, retomam a história de uma província na efervescência da construção dos seus espaços públicos e respectivamente, no atendimento da necessidade populacional. Em meados dos oitocentos, São Luís, capital da Província, se reveste da mitologia de *Atenas Brasileira*<sup>2</sup>, como simbologia de diferenciação das demais províncias e como construção de uma identidade própria pela fundação francesa. (MEIRELES, 1994)

A formulação de uma ideia de nação e de civilização, imposta pelo Império brasileiro, foi uma invenção das elites letradas para que grupos e instituições sociais fossem as mantenedoras das relações de poder junto ao processo de urbanização. No Maranhão, isso se estabeleceu na organização de lugares que aplicariam as propostas de adequação da sociedade as exigências de modernização e higienismo. “Era uma cidade em que já existiam uma colônia inglesa, de comércio importador e exportador, e uma colônia francesa, que fazia o comércio de artigos de luxo” (MEIRELES, 1994, p. 273)

Essa relação da província com os costumes europeus (a localização geográfica privilegiava o acesso pelas navegações) facilitou a construção de uma imagem de cidade instruída e conectada com os valores do Velho Mundo e que, de certa forma,

---

<sup>2</sup> Devido a efervescência intelectual que aconteceu no Maranhão Império, primeira e segunda geração, promovida pelo reconhecimento das obras de escritores e artistas maranhenses.

mascarava a real situação do povo maranhense, que em sua maioria, era constituído por negros, índios e mestiços. Assim, Meireles (1994), em registros realizados sobre as instituições que se formavam nesse contexto, revelou as memórias maranhenses na sistematização dos seus espaços públicos. Em sua trajetória acadêmica, Mário Martins Meireles se destacou como um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão. Esta instituição de ensino superior caracterizou com a federalização, um dos pilares da atual Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Meireles fez carreira como professor do Curso de História. Mas, seu percurso na academia é caracterizado também pelo exercício de cargos administrativos, como o de Vice-Reitor e Chefe do Departamento de História e Geociências. Na abordagem da História Regional, Mário Meireles atuou expressivamente na consolidação de uma identidade, reafirmando em suas obras “elementos identitários relacionando o contexto intelectual maranhense ao caráter de bravura ateniense de busca incessante pela ampliação do conhecimento” (CORRÊA, 2001, p. 45)

Em sua obra “Dez Estudos Históricos”, escreveu sobre instituições religiosas, médicas e educacionais, que contribuíram para a escrita de uma “pequena” história do Maranhão. (MEIRELES, 1970, p. 33) O livro, organizado em dez capítulos, reúne investigações historiográficas sobre fatos maranhenses, que merecem atenção por serem demarcadores no surgimento das primeiras instituições de assistência social. As instituições de saúde pública foram consideradas no livro como as mais antigas, pois “São Luís, há de ter sido, sem dúvida, a única de nossas capitais que em tempo tão remoto contou com a presença de um médico, de um cirurgião aliás entre os que testemunharam formalmente sua fundação.” (MEIRELES, 1994, p. 203)

A trajetória das instituições públicas de saúde é relatada pelo autor, desde os seiscentos, quando as ordens religiosas eram as responsáveis pela organização desses espaços, citando os Jesuítas em particular. “Se havia um hospital, ainda que provisório e funcionando em casa particular, haveria forçosamente alguém que nele cuidasse dos enfermos” (*idem*, p. 205) Portugal não possuía quantidade numerosa de médicos para atendimento de suas colônias, o que fez a Companhia enviar seus padres e irmanados para

atenderem os hospitais erigidos. Segundo Meireles (1994), o Hospital Geral Dr. Tarquínio Lopes, é o mais antigo hospital da cidade seguido pela Santa Casa de Misericórdia.

César Augusto Marques, médico e professor de matemática, registrou em suas obras a história de sua terra, com ênfase, o *Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão*, que em ordem alfabética, tenta explicar o significado de termos representativos da história. Nesse livro, preocupou-se em abordar também as instituições de atendimento público a saúde dos provincianos, como a Santa Casa de Misericórdia. Instituída em 1622, representou uma parcela importante da história da Província, pelos trabalhos caridosos realizados com a população desvalida. Tanto Marques (1970) como Meireles (1994) ressaltavam em seus escritos os trabalhos desenvolvidos por essa instituição advindos das doações financeiras, dentre eles, “expostos, hospital de caridade, hospital dos lázaros, igreja e cemitério.” (MARQUES, 1970, p. 482)

Além das instituições da saúde, os autores também abordavam sobre as ordenações religiosas e irmandades que aportaram em São Luís e se consolidaram não somente como espaços de devoção popular, mas como disputa do poder sobre os bens adquiridos. Governo, grupos políticos e igreja relacionavam-se conflituosamente na garantia do domínio das atividades sociais promovidas pelas ordens religiosas e que traziam retorno financeiro. Dentre elas, as casas de recolhimento de crianças abandonadas, que recebiam milionárias doações de políticos influentes e famílias legitimadoras do poder local. Meireles (1994) dedicou um capítulo para a Ordem de Nossa Senhora das Mercês, e nesse registro, identifica a influência que exercia sobre a sociedade.

Enriquecida a confraria, o Convento de Nossa Senhora da Assunção e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês viveriam desde o meio do século XVII até a primeira metade de centúria seguinte, um período de fastígio e de grande prestígio na comunidade. (MEIRELES, 1994, p. 34)

A atuação dessas congregações no contexto maranhense foi primordial na constituição dos principais lugares de assistência social, incluindo a educação das crianças que eram institucionalizadas. No século XIX, o anúncio de asilos, casas e reformatórios para acolhimento dos pobres, marginalizados socialmente, excluídos da

convivência com os ditos *cidadãos*, restabeleceu o equilíbrio social. Retirar do meio os moribundos, e confina-los nas instituições de guarda e instrução pública, seria uma alternativa para “civilizar os jovens corpos”. (FOUCAULT, 2004)

Marques (1970) destacou em seu dicionário instituições como a *Casa de Educandos Artificies*<sup>3</sup>, que, nos oitocentos, se consolidou como espaço de formação dos meninos desvalidos. Aulas de primeiras Letras e de Escultura e Desenho foram oferecidas e em 1848, apresentaram ótimos resultados, formando verdadeiros artistas maranhenses. Também, com a oferta das Aulas de Música, Geometria e Mecânica Aplicada às artes e Noções Gerais de Aritmética e Álgebra, de Francês e de Geografia, a Casa teve atenções especiais das províncias vizinhas, que enviavam os educandos para aprenderem com a Casa maranhense. Mas as despesas eram grandes, o que fez com que muitas dessas aulas tivessem que ser interrompidas. (MARQUES, 1970) A partir de 1873, a Casa começava a apresentar sinais de declínio, reduzindo seu número de educandos e de oficinas. Com a República, a casa encerraria suas atividades, precisamente, em 1889.

Marques, que exerceu o cargo de Mordomo da Casa dos Expostos, mantida pela Irmandade da Misericórdia, privilegiou em seus registros os discursos higienistas, que difundiam a ideia da “conservação da saúde do homem, e do seu aperfeiçoamento”. (MARQUES, 1970, p. 370) Na análise realizada em seu *Dicionário*, percebemos a posição que o autor toma em relação a presença de outros profissionais na proposta de higienização populacional, através das instituições. Explicitamente, ele criticou a participação de juízes, professores e políticos na organização dessas práticas.

Ora, o que podiam fazer sobre salubridade publica homens que só entendiam de leis, quando os mesmos profissionais na arte de curar precisam de grandes conhecimentos de todos os ramos de que ela se compõem, e um continuo e peculiar estudo de todos os meios da higiene para se não deixarem enganar por tantos indivíduos interessados em fazê-lo? (MARQUES, 1970. P. 370)

Assim, em meio a tantas inferências sobre as práticas institucionais na História do Maranhão, os autores manifestaram posições sobre a infância, enjeitada,

---

<sup>3</sup> Às crianças excluídas eram reservados esses lugares de confinamento e controle dos corpos, numa proposta de educação corretora e normativa, dirigida por médicos, padres, juízes e professores, e que se instalam nas periferias das cidades.

abandonada e esquecida pelos seus próprios pais. Sobre esse tempo geracional, Khulmann Jr. (2010) aponta que a história da infância passa a ter uma dimensão ampliada, pois outros fatores sociais, como demografia, trabalho feminino, família, representações infantis, etc, possibilitaram identificar elementos que permeiam a pesquisa sobre crianças.

### **Registros da Infância Institucionalizada**

A pobreza foi motivo para que políticas públicas fossem organizadas para a população, o que revelou o descaso dos governantes com os mais necessitados. “Essa sociedade, estratificada discriminadamente em classes, ainda não pudera admitir a existência de um hospital (...) o da Caridade; enfim, a socorrer os miseráveis. (MEIRELES, 1994, p. 274) São Luís, com os seus 30.000 habitantes, já vivia sobre os reclames de uma sociedade requintada, que absorvendo os costumes europeus, incomodava-se com os “deserdados da sorte”.

Em suas obras, Meireles e Marques mencionaram o processo de institucionalização da infância, com destaque para a Irmandade da Misericórdia, que com objetivos de atender os pobres, criou um espaço de recolhimento e educação das crianças abandonadas pelas famílias, legítimas ou não. No capítulo oito dos seus *Dez Estudos Históricos*, Meireles (1994) apresentou as intenções da Irmandade no Maranhão, e com destacada concordância, mencionou como conquistas maranhenses as construções realizadas por essa instituição na cidade, para a assistência social. Dentre elas, a Casa dos Expostos, “a Casa da Roda, inaugurada a 15/07/1837”, que recolhia bebês abandonados na Roda, colocada no muro da Igreja. (MEIRELES, 1994, p. 275)

A Igreja de São José e São Pantaleão<sup>4</sup> foi uma das instituições religiosas anexa a Irmandade que recolhia as crianças abandonadas e pensionistas<sup>5</sup>. Segundo projeto de Lei do dia 21 de junho de 1827, “a Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil decreta: 1º Criar-se-á na capital do Maranhão uma Casa, onde se recebam e sustentem e façam educar à custa da nação os meninos expostos de um e outro sexo” (MARQUES,

---

<sup>4</sup> A existência de um Livro tombo nos arquivos da Igreja, revela o funcionamento de uma roda dos expostos nos anos de 1891 a 1940 nessa instituição.

<sup>5</sup> Estas contribuía com algum valor para a instituição.

1970). Ali, as meninas eram recebidas e entregues a amas de leite, que levavam a suas residências e cuidavam dessas crianças até completarem 3 anos de idade. Após esse tempo, elas voltavam para as casas de recolhimento para receberem a educação, isto é, o batismo, a catequese e a viabilização da entrada na sociedade.

Portanto, para Marques (1970), a caridade empreendida pela Igreja recebia recursos da elite maranhense e do Estado, o que proporcionou o surgimento das Casas, Asilos e Reformatórios. O Maranhão, que sempre transpunha os discursos da elite intelectual do Sudeste, passa a assumir também o caráter filantrópico de assistência apoiados nos discursos e ações sociais higienistas e eugenistas.<sup>6</sup>

Na sessão da Câmara dos Deputados, de 6 de setembro de 1831 disse o deputado Odorico Mendes que desejava que passa-se uma emenda para supressão das casas de expostos em todas as províncias, porque este recurso, que havia de ver-se livre das crianças, fazia vontade de ir lá levar; que havia pouco tempo não existia no Maranhão mais de 4 ou 5 expostos, que se criavam em casas particulares; que era até honra criar as crianças, que se achavam em casa de alguém, ficando as crianças até de melhor condição, porque as mães tinham o cuidado de as pôr as portas de pessoas abastadas, que tratavam muito bem delas, e as favoreciam, porém, depois que se tinha fundado a Casa dos Expostos (que era coisa nova) e o Governo julgando fazer um bem, se se havia enganado muitas mães iam lá depositar seus filhos, tendo algumas perdido até o costume de criar. (MARQUES, 1970, p. 232)

Ainda, segundo o autor, a Casa dos Expostos apresentava sérios problemas de acomodação, o que fez a Mesa Administrativa transferir para o hospital da Irmandade (Santa Casa de Misericórdia) a responsabilidade pelos cuidados aos expostos, o que acusou melhorias no atendimento das meninas.

A Mesa da Santa Casa julgou necessário (...) terem mudados para outra casa provisoriamente. Tivemos o prazer de ver no dia 26 de junho de 1891 o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da celebração da Missa, as infelizes meninas bem tratadas e bem elegidas pelas virtuosas irmãs do Instituto de Sant'Ana. Com saudades recordamos nós do tempo em que lhe demos cuidados e amor paternos como mordomo especial da Irmandade da Misericórdia. (*Idem*)

---

<sup>6</sup> Segundo Freyre (2003) marcas dessas seleções se revelam em toda a história do Brasil, em afirmativas como “gente doente e malnutrida (...) de novo se formariam os mesmos proletariados” (p.43)

A intenção, portanto, era difundir a boa moral e a conduta em conformidade aos preceitos de civilidade. Livrar os meninos e as meninas do pecado presente nas ruas da cidade e garantir-lhes um futuro na sociedade rica era a pedagogia central dessas instituições, que conforme Foucault (1999, p.114), “trata-se de uma inclusão por exclusão”. O controle da vida e dos corpos das crianças sob o pretexto da purificação da alma, que deveria ser iniciado o mais cedo possível, para que o quanto antes mãos-de-obra baratas estariam à disposição do mercado maranhense.

Contrastando os autores, percebe-se uma discordância nas concepções acerca do movimento de institucionalização infantil no Maranhão. Evidencia-se, nos registros de Meireles (1994) a boa intenção das Misericórdias na Província, e, enquanto enviados pela Igreja para a catequização das colônias, trazem contribuições para a civilização dos povos latinos, *selvagens*. No *Dicionário* de Marques (1970) analisa-se certa preocupação com a participação dos grupos políticos nas decisões tomadas dentro das instituições. Para ele, as intervenções desses grupos no trabalho caritativo a que se propunha as ordens religiosas na Província, criaram conflitos que as levaram a falência.

Para fins de conclusão, ressalta-se que para além dos registros dos autores citados, existem outras fontes bibliográficas e documentais que corroboram a discussão sobre a infância maranhense, institucionalizada no oitocentos. Jornais, relatórios e livros de autores como Jerônimo de Viveiros e Barbosa de Godóis, indicam que as práticas governamentais e religiosas, de instituir espaços para a guarda das crianças abandonadas, era um projeto político, advindo das experiências de outras províncias e do modelo europeu, e que sustentava a ideia de *modernidade*, de mudança social, contrapondo a realidade maranhense, que vivia intensos conflitos

### **Algumas considerações...**

Mediante as discussões estabelecidas nesse texto, podemos resumir algumas ideias que subsidiaram a história da institucionalização infantil no Maranhão. A primeira faz referência ao contexto socio-histórico brasileiro no qual as instituições eram implementadas, que impunha uma *forma* advinda dos Estados-modelos. O Oitocentos foi

um anúncio de uma modernidade, montada aos moldes das elites, e que sob o lema do higienismo e da eugenia, impôs as instituições práticas e discursos de controle social. Em relação a educação da infância, dos prédios as pessoas, tudo era pensado com cuidado, para que a dita “civilização” fosse percebida, já na formação das nossas crianças, nascidas, sejam nos lares, nas ruas, nos hospitais, nos subúrbios das cidades.

As crianças, portanto, inseridas nesse contexto, foram silenciadas, “disciplinadas”. Desde o recolhimento nas Rodas, nas Casas de Abandono, até as escolas, as instituições de instrução primária, as crianças foram sucumbidas à dor da *vara*, na obediência às ordens e aos controles de seus desejos. Pela educação, foram levadas a negar seus próprios pensamentos e suas escolhas, numa proposta que anula os indivíduos ao seu entorno. Pela educação, foram violadas em suas individualidades e sociabilidades, envolvidas pelas governabilidades.

Nas obras de Meireles e Marques, percebemos a preocupação no registro sobre as instituições para a infância. Meireles (1994), como analítico social da Província, se colocou em defesa da vinda das irmandades e ordens religiosas para o Maranhão, anunciando uma postura política que concordava com a assistência aos pobres, e que via nessas instituições uma resolução para o problema do abandono das crianças. Marques (1970) manifestava-se a favor, porém crítico a intervenção dos grupos sociais nas decisões institucionais. Como um dos Mordomos que trabalhou na Casa dos Expostos, aproximava-se do processo de recolhimento das crianças e posteriormente, do encaminhamento dos meninos e meninas às instituições de assistência e instrução.

## Referências

CORRÊA, Rossini. **Atenas brasileira**: a cultura maranhense na civilização brasileira. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. Ed. São Paulo: Global, 2003.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MARCILIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3. Ed. São Luís, AML, 1970.

MEIRELES, Mário Martins. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da DASP, 1960.

MEIRELES, Mário. **Pequena História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: SIOGE, 1970.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2003.